

Nome do questionário (ID): Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2021 (956697)

Confirmação dos dados cadastrais (115)

Joao Mario Partika CALMON

(2368)

Tipo: (*equation)

Joao Mario Partika CALMON

Você é responsável, isto é, atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno (por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal), apenas da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Poder Executivo

Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?

(2364)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

OK

O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:

Joao Mario Partika CALMON

Esta informação está correta?

(2365)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, a informação do responsável está correta.

OK

1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (102)

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): (2366)

Tipo: (*equation)

Responsável por este relatório: (2367)

Tipo: (*equation)

1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?

(2355)

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade no Poder Executivo e outra no Poder Legislativo: Há uma estrutura de Controle Interno específica apenas no Poder Legislativo. No Poder Executivo, existe apenas um Órgão Central.

1E1L

1.1.1. Você respondeu que a estrutura de Controle Interno é composta por mais de uma unidade. Este relatório está sendo produzido para qual unidade de controle interno?

(2359)

Tipo: (L/list-radio)

Unidade Central do Poder Executivo

PEXE

1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?

(2318)

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

A1

1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.

Preferencialmente, utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

(2339)

Tipo: (S/text-short)

https://www.calmon.sc.gov.br/legislacao/index/lista-completa/codMapaItem/54034?tipo=&numero=558&ano=2009&ini_data=&fim_data=&palavraChave=&salvar=Buscar

1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (2322)

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001 1

Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002 0

Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003 0

Servidores temporários - SQ004 0

Estagiários - SQ005 0

1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (2345)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

1.5.1. Informe o período em que a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno. (2350)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

Período -

periodoseacompanham

17/08/2021 31/08/2021 FÉRIAS DO CONTROLE INTERNO

1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.

Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".

(2319)

Tipo: (M/multiple-opt)

Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (2373)

Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (2374)

Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (2375)

Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (2482)

Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (2376)

Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (2481)

Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (2377)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (2574)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (2575)

Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (2576)

Exame de prestações de contas de diárias; (2378)

Exame de prestações de contas de adiantamentos; (2379)

Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (2380)

Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (2381)

Avaliação da execução dos programas de governo; (2382)

Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); (2383)

Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; (2384)

Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; (2387)

Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (2385)

Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (2483)

Controle dos direitos e haveres da unidade; (2386)

ACOMPANHAMENTO DA CORRETA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Outros

1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:

(2348)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de controle patrimonial? (2478)

Não informatizado (controle manual) - 0

Há sistema informatizado de almoxarifado? (2479)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (2480)

1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (2356)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Razoável / Satisfatório - 2

O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (2529)

Excelente - 4

A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (2530)

Fraco - 1

Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (2531)

Excelente - 4

No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (2532)

Fraco - 1

Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (2533)

Bom - 3

As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (2534)

Excelente - 4

Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (2535)

Excelente - 4

Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (2536)

Excelente - 4

As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (2550)

2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (103)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.

(2320)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.1.1. Informe os apontamentos realizados:

Por favor, preencha no mínimo uma linha.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(2321)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Unidade gestora em que apontamento foi realizado - unidade	Assunto - assunto	Valor em risco - valor	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação? - providencias	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável? - descrição providencia
Apontamento #1 - aponta1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	104,13	PAGAMNETO AO ERÁRIO PÚBLICO	PAGAMNETO
Apontamento #2 - aponta2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	661,72	PAGAMNETO AO ERÁRIO PÚBLICO	PAGAMNETO
Apontamento #3 - aponta3	PREFEITURA MUNICIPAL	INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	104,13	PAGAMNETO AO ERÁRIO PÚBLICO	PAGAMNETO
Apontamento #4 - aponta4	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	312,39	PAGAMNETO AO ERÁRIO PÚBLICO	PAGAMNETO
Apontamento #5 - aponta5	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	104,13	PAGAMNETO AO ERÁRIO PÚBLICO	PAGAMNETO
Apontamento #6 - aponta6	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	779,00	PAGAMNETO AO ERÁRIO PÚBLICO	PAGAMNETO
Apontamento #7 - aponta7					
Apontamento #8 -					

aponta8

Apontament

o #9 -

aponta9

Apontament

o #10 -

aponta10

2.1.1.1. Gostaria de anexar arquivos referentes a este quadro? (OPCIONAL) (2340)

Tipo: (/upload-files)

2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? (2341)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.2.1. (OPCIONAL) Insira o(s) arquivos de comunicações formais feitas a outros órgãos de controle ou unidades gestoras em anexo.

(2342)

Tipo: (/upload-files)

CI N 007 ORIENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIARIAS_ADMINISTRAÇÃO

No comment

File type "pdf"

CI N 045 NOTA DE ORIENTAÇÃO ADIMINISTRATIVA CIRCULAR MPCGPCF0012021

MEMO 850_2021 ALERTA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCESC – PERCENTUAGEM BAIXA RELATIVO A PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS SEM LANÇAMENTO ASSOCIADOS

File type "pdf"

2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? (2343)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (2349)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente - 100

Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (2484)

Inexistente - 0

Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (2485)

2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (2358)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Não foram realizados procedimentos - 99

Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge (2539)

Não ocorreram irregularidades - 0

Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (2540)

Afronta a norma legal sem dano financeiro - 2

Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (2541)

Não foram realizados procedimentos - 99

Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (2542)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (2543)

Não foram realizados procedimentos - 99

Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (2544)

3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (104)

3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (2323)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

4. Das Tomadas de Contas Especiais (105)

4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (2325)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (106)

5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (2327)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.

(2328)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNI	Tipo de instrum (convênio, termo de	Número do Instrumento - CAACNO ME1	Objeto - CAACN OME2	Volume de recursos transferidos - CAACV ALOR	CNPJ da entidade - CAACCN PJ	Situação da análise da prestação de contas
---	--	---	----------------------------	---	-------------------------------------	---

	DADE	parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumento congêneres) - CAAC TIPO			do instrumento - CAACSI TPC
Instrumento #1 - CAAC 1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	TERMO DE PARCERIA	Decisão Judicial PROCESSO O 0005666-20.2011.8.24.0012	2.200,00	04.003.020 REGUL/0001-77 AR
			Transferência de recursos financeiros destinados a custear despesa advinda da manutenção da Casa – Abrigo Maria Rosa – Abrigo de idosos, temporário ou de longa permanência com deficiência, idosos com algum grau de deficiência, pessoas com deficiência e pessoas com		

Instrum ento #2	FUNDO MUNCIPA L DE	TERMO DE PARCE RIA	Decisão Judicial PROCESS O 0005666- 20.2011.8.2 4.0012	algum grau de deficiênci a. Transferê ncia de recursos financeiro s destinado a custear despesa advinda da manutenç ão da Casa – Abrigo Maria Rosa – Abrigo de idosos, temporári o ou de longa permanên cia com deficiênci a, idosos com algum grau de deficiênci a, pessoas com deficiênci a e pessoas com algum grau de deficiênci a. Transferê ncia de recursos financeiro s destinado a custear	2.200,00	04.003.020 /0001-77	REGUL AR
Instrum ento #3	FUNDO MUNCIPA L DE	TERMO DE PARCE RIA	Decisão Judicial PROCESS O 0005666- 20.2011.8.2 4.0012	algum grau de deficiênci a, pessoas com deficiênci a e pessoas com algum grau de deficiênci a. Transferê ncia de recursos financeiro s destinado a custear	2.200,00	04.003.020 /0001-77	REGUL AR

Instrum ento #4 - CAAC 4	FUNDO MUNCIPA L DE ASSITENC IA SOCIAL	TERMO DE PARCE RIA	Decisão Judicial PROCESS O 0005666- 20.2011.8.2 4.0012	despesa advinda da manutenç ão da Casa – Abrigo Maria Rosa – Abrigo de idosos, temporári o ou de longa permanên cia com deficiênci a, idosos com algum grau de deficiênci a, pessoas com deficiênci a e pessoas com algum grau de deficiênci a. Transferê ncia de recursos financeiro s destinado a custear despesa advinda da manutenç ão da Casa – Abrigo Maria Rosa – Abrigo de idosos,	2.200,00	04.003.020 /0001-77	REGUL AR
--------------------------------------	---	-----------------------------	---	---	----------	------------------------	-------------

Instrum ento #5 - CAAC 5	FUNDO MUNCIPA L DE ASSITENC IA SOCIAL	TERMO DE PARCE RIA	Decisão Judicial PROCESS O 0005666- 20.2011.8.2 4.0012	temporári o ou de longa permanên cia com deficiênci a, idosos com algum grau de deficiênci a, pessoas com deficiênci a e pessoas com algum grau de deficiênci a. Transferê ncia de recursos financeiro s destinado a custear despesa advinda da manutenç ão da Casa – Abrigo Maria Rosa – Abrigo de idosos, temporári o ou de longa permanên cia com deficiênci a, idosos com algum grau de deficiênci	2.200,00	04.003.020 /0001-77	REGUL AR
--------------------------------------	---	-----------------------------	---	---	----------	------------------------	-------------

Instrum ento #6 - CAAC 6	FUNDO MUNCIPA L DE ASSITENC IA SOCIAL	TERMO DE PARCE RIA	Decisão Judicial PROCESS O 0005666- 20.2011.8.2 4.0012	a, pessoas com deficiênci a e pessoas com algum grau de deficiênci a. Transferê ncia de recursos financeiro s destinado a custear despesa advinda da manutenç ão da Casa – Abrigo Maria Rosa – Abrigo de idosos, temporári o ou de longa permanên cia com deficiênci a, idosos com algum grau de deficiênci a, pessoas com deficiênci a e pessoas com algum grau de deficiênci a.	2.200,00	04.003.020 /0001-77	REGUL AR
--------------------------------------	---	-----------------------------	---	---	----------	------------------------	-------------

Instrum

ento #7

-

CAAC

7

Instrum

ento #8

-

CAAC

8

Instrum

ento #9

-

CAAC

9

Instrum

ento

#10 -

CAAC

10

5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (2369)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (2371)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

6. Da avaliação dos processos licitatórios (107)

6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (2329)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(2330)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo

Órgão de Controle Interno; (2596)

Amostra Aleatória (2429)

Experiências passadas (2430)

Valor envolvido (2431)

Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (2432)

Relevância econômica ou social para o Município (2433)

INDICAÇÃO DE FORMAL DE FISCAL DE CONTRATO

Outros

6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro,

maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).

(2331)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Número do Processo de Licitação - LICITNPR PROCESSO	Modalidade de Licitação - LICITNPR PROCESSO1	Tipo de Licitação - LICITTIPOP PROCESSO	Valor estimad o de contrat ação - LICITV ALOR	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCON TRATADO	Houve indícios de irregularid ade? Descreva. - LICITNPR PROCESSO2 INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação o #1 - Processo oLicit1	CR 03/2021	CREDENCI AMNETO	MENOR PREÇO	54.000,0 0	13.913.909/0 001-82	INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação o #2 - Processo oLicit2	DL 01/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃ O	MENOR PREÇO	110.000, 00	02.222.769/0 001-80	INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação o #3 - Processo oLicit3	PR 29/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	264.000, 00	22.598.804/0 001-77	INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação o #4 - Processo oLicit4	PR 21/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	144.600, 00	84.584.556/0 001-62	INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação o #5 - Processo oLicit5	CR03/2020	CREDENCI AMNETO	MENOR PREÇO	35.000,0 0	13.508.278/0 001-16	INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação o #6 - Processo oLicit6	CR 06/2021	CREDENCI AMENTO	MENOR PREÇO	132.000, 00	11.571.675/0 001-07	INDICAÇÃ O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O
Licitação	PR 09/2020	PREGÃO	MENOR	19.000,0	10.573.408/0	INDICAÇÃ

o #7 - Processo oLicit7			PREÇO	0	001-06	O FORMAL DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #8 - Processo oLicit8	DL 23/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO	15.560,0 0	10.573.408/0 001-06	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #9 - Processo oLicit9	PR 05/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	99.862,4 9	10.573.408/0 001-06	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #10 - Processo oLicit10	PR 27/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	136.000,0 00	05.417.917/0 001-00	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #11 - Processo oLicit11	PR 26/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	42.300,0 0	37.702.407/0 001-70	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #12 - Processo oLicit12	PR 11/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	94.119,9 6	07.820.557- 18	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #13 - Processo oLicit13	PR 08/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	104.940,0 00	40.398.408/0 001-44	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã o #14 - Processo oLicit14	PR 21/2021	PREGÃO	MENOR PREÇO	101.520,0 00	82.112.475/0 001-34	DE FISCAL DE CONTRAT O INDICAÇÃ O FORMAL
Licitaçã	PR 02/2021	PREGÃO	MENOR	101.680,0	27.790.162/0	INDICAÇÃ

o #15 -
Process
oLicit15

PREÇO 00 001-27

O FORMAL
DE FISCAL
DE
CONTRAT
O

6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (2351)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Inexistente - 0

Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (2493)

Inexistente - 0

Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (2494)

Inexistente - 0

Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (2537)

Inexistente - 0

Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório. (2538)

Inexistente - 0

Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (2590)

Inexistente - 0

Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (2591)

Excelente - 3

Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (2592)

7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (108)

7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(2332)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (109)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(2333)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (2334)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDA O1	Número do Acórdão - NACOR DAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente e implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVA GESTOR
Decisão do TCE/SC #1 - DECISA O1	DETERMIN AÇÃO	TCE 09/00320 206	ACOMPANHA MNETO DE COBRANÇA	IMPLEMEN TADA PARCIALM ENTE	\
Decisão do TCE/SC #2 - DECISA O2	\	\	\	\	\
Decisão do TCE/SC #3 - DECISA O3	\	\	\	\	\
Decisão do TCE/SC #4 - DECISA O4	\	\	\	\	\
Decisão do TCE/SC #5 - DECISA O5	\	\	\	\	\
Decisão do TCE/SC #6 -					

DECISA
O6
Decisão
do
TCE/SC
#7 -
DECISA
O7
Decisão
do
TCE/SC
#8 -
DECISA
O8
Decisão
do
TCE/SC
#9 -
DECISA
O9
Decisão
do
TCE/SC
#10 -
DECISA
O10

9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (110)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(2335)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

9.1.1. Informe as decisões que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle: (2352)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Nº do Acórdão ou Título Executivo - SQ001	Data do Acórdão ou Título Executivo - SQ002	Nome do responsável 1 - SQ003	Valor - SQ004	Data da inscrição em dívida ativa - SQ005	Situação do processo (incluindo ajuizamento e sua conclusão, se houver) - SQ006
Decisão #1 - DECISAO1	09/0032020 6	25.07.201 6	JOÃO BATISTA	273.379,9 6	17.01.202 2	NÃO AJUIZADO

DE
GERONI

Decisão #2 -
DECISAO2

Decisão #3 -
DECISAO3

Decisão #4 -
DECISAO4

Decisão #5 -
DECISAO5

Decisão #6 -
DECISAO6

Decisão #7 -
DECISAO7

Decisão #8 -
DECISAO8

Decisão #9 -
DECISAO9

Decisão #10
-
DECISAO1
0

10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (111)

10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (2336)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (112)

11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?

(2337)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (2338)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (113)

Opcionalmente, insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (2354)

Tipo: (T/text-long)

PLANO DE TRABALHO REALIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021

<https://www.calmon.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/128376>

Sugestões ao TCE/SC (114)

e-mail de contato: controleinterno@calmon.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:**
- **Sistema de almoxarifado:**
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:**

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

**Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:
Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:
 Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:
 Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:
 Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:
 Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:
 Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:
 Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;
na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;
na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;
na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;
na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);
na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- **Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:**
- **Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:**
- **Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:**
- **Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:**
- **Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:**

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .

Procedimentos realizados:

..
..
..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- **Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):**
- **Controle de horas extras pelos gestores:**
- **Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento:**
- **Realização de cursos de capacitação pelos servidores:**
- **Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:**
- **Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:**
- **Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:**
- **Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:**
- **Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:**
- **Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):**
- **Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas:**
- **Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:**
- **Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento:**

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou	Número do	Assunto da	Situação	Justificativa do
------------------------------	------------------	-------------------	-----------------	-------------------------

Recomendação)	Acórdão	Decisão		Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? .

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? .

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

(2362)

Tipo: (/upload-files)

Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (2363)

Tipo: (T/text-long)